

# Evangélicos e o golpe militar de 1964

Leonildo Silveira Campos

Haja, embora, nestas linhas, algumas menções à "memória subterrânea que pudesse corroer as versões oficiais" de periódicos evangélicos, o Autor desmascara e denuncia os apoios evangélicos à tortura, ao assassinato, ao exílio de tantos heróis-mártires dos quais os governos das décadas 1964 a 1979 "não eram dignos", segundo a Epístola aos Hebreus. Alguns jornais ditos evangélicos, vozes oficiais de igrejas protestantes, freiam de frenesi à vista da possibilidade (alcançada por uns poucos) de se fazerem vassalos do poder em lugar dos romano-católicos. Memória dolorosa e cínica

Que posições os evangélicos assumiram diante do Golpe Militar de 1964? O que é possível concluir após análise da retórica e do discurso dos pastores, dos concílios, das revistas e dos jornais evangélicos, no período imediatamente anterior ou posterior à tomada do poder pelos militares há quarenta anos?

Este artigo pretende, não somente responder a essas duas indagações, mas também mostrar que, a despeito da diversidade de ramos do protestantismo brasileiro, há mais semelhanças entre eles do que diferenças quanto às posturas assumidas em relação ao regime militar. Mas, para um início de conversa queremos observar que o apoio latente ou manifesto dos evangélicos aos golpistas ainda é, no conjunto das análises de 1964, um tema muito pouco pesquisado. Mesmo a abertura do que restou sem ser destruído nos arquivos dos antigos órgãos ligados à repressão pouco ajudou no surgimento de novas pesquisas sobre um tema que continua pouco atraente para uns e digno de vergonha para outros. Isso nos propõe questões como esta: Seria estratégia dos que apoiaram entusiasticamente o regime militar não se defender ou deixar de esclarecer suas participações, jogando com a possibilidade de esquecimento?

Há também outras perguntas que nos inquietam: Por que não se constituiu entre os evangélicos uma memória subterrânea que, uma vez acionada, pudesse corroer as versões oficiais estampadas nos jornais sobre o apoio

dos evangélicos ao regime militar? Que tipo de evangélicos eram e a quem se deve esse silêncio? Seria a irrelevância das atitudes adesistas dos evangélicos, a dificuldade dos que detêm o poder eclesiástico em avaliar criticamente o passado ou a um desdobramento da indiferença que sempre acaba gerando o apoio, mesmo que os braços estejam cruzados e os lábios cerrados, como a repetir eternamente: "nada a declarar"?

Finalmente, devemos reconhecer ser correta a perspectiva de que a memória é sempre objeto de disputa e que o seu resgate serve para alguma coisa só quando ela pode ser arrebatada e colocada para iluminar o presente. Somente assim podemos compreender as implicações dos atos de violência que procuraram esmagar esperanças e utopias que guiaram a vida e a morte de centenas de brasileiros mortos sob tortura durante o tempo em que durou um regime apoiado pelos evangélicos.

Para que isso ocorra é preciso que façamos uma leitura cuidadosa do discurso elaborado pelos evangélicos daqueles tempos, averiguando como as palavras foram usadas para a legitimação do apoio ideológico ao golpe militar de 1964. Será preciso que valorizemos também os 'não-ditos' daquela retórica, até porque em um regime ditatorial o que não se fala muitas vezes é mais importante. O que equivale a afirmar que as outras falas se mostram mais fortes que o discurso competente. Porém, ironicamente, faz parte da lógica



Por que não se constituiu entre os evangélicos uma memória subterrânea que, uma vez acionada, pudesse corroer as versões oficiais estampadas nos jornais sobre o apoio dos evangélicos ao regime militar? Que tipo de evangélicos eram e a quem se deve esse silêncio?

do poder eclesiástico que tanto o agir e o falar, como também a prática do silêncio e o resgate da memória, podem se transformar em novos discursos, os quais como integrantes de uma nova reformulação dos mecanismos de poder acabam se constituindo parte integrante de novas ortodoxias e ortopraxis.

#### AS ORIGENS DA DISPOSIÇÃO EVANGÉLICA DE ADESÃO AO REGIME MILITAR

Um primeiro ponto importante a ser assinalado é que as atitudes dos evangélicos oriundos das missões do século XIX, antes, durante e depois do Golpe de 1964, devem ser buscadas nas décadas anteriores ou até, para sermos mais amplos na abordagem, nos tempos de Calvino ou Lutero. Nessa busca poderíamos retroagir ao mundo neotestamentário, quando se constituíram duas posições distintas diante de Roma: uma, favorável e a outra, radicalmente oposta. Esta última considerava o poder imperial romano como a "besta" diabólica.

Desde então, os cristãos convivem tanto com uma atitude de apoio a um regime político que garanta a liberdade da denúncia profética, como com outras formas de governo que exijam uma obediência sem quaisquer críticas. Relembramos aqui uma expres-

são de C.P. Snow retomada por Stanley Milgram ao descrever sua célebre experiência de psicologia social enfocando o dilema da obediência à autoridade: *Ao se pensar na longa e obscura história do homem, descobre-se que foram cometidos mais crimes hediondos em nome da obediência do que jamais foram cometidos em nome da rebelião.*<sup>2</sup>

Pois bem, pressupomos que foi a obediência às autoridades tidas como "bem intencionadas" que levou os evangélicos brasileiros a estigmatizarem a desobediência política, eclesiológica ou teológica, com muito mais força a partir do golpe militar de 1964, resultando daí uma postura de louvação pura e simples da obediência a qualquer preço aos regimes políticos, independente de seu compromisso com os direitos humanos ou não. Houve, entretanto, entre os evangélicos brasileiros, especialmente durante a fase em que se aspirou pela modernização, como em qualquer outro grupo social, visões opostas a respeito da abolição da escravatura, da pregação republicana, das propostas positivistas, da maçonaria ou até mesmo das outras propostas não-católicas de reformulação de nossa sociedade. Para todos esses grupos, a Igreja Católica Romana era a verdadeira causadora de todos os males que infestavam o Brasil da segunda metade do século XIX.

Foi nesse contexto que o protestantismo desenvolveu mentalidade e práticas autoritárias, que foram mantidas encobertas por um discurso democrático e liberal. Porém, foi naqueles anos, durante crises nas relações entre religião e sociedade, que os líderes evangélicos decidiram apoiar ou simplesmente cruzar os braços diante da violência desencadeada pelo regime instituído pelo Golpe de 1964. Nin-

guém melhor que Rubem Alves conseguiu dissecar as entranhas de onde emergiu a lógica do discurso de um tipo especial mas mediado de protestantismo, o da "reta doutrina". Há mais de 25 anos, em seu sempre instigante livro *Protestantismo e repressão*.<sup>3</sup>

No delinear desses fios que emergem e ligam o discurso à prática autoritária encontramos as ligações do mundo evangélico com o passado. Os introdutores do protestantismo eram missionários norte-americanos vindos de uma sociedade ainda em luta com indígenas no velho Oeste, com os escravistas do Sul ou com os liberais do Norte. Muitos deles haviam jurado desvencilhar a pregação protestante das lutas políticas, possivelmente por causa dos problemas ligados à Guerra da Secessão ou então por medo de não serem bem aceitos pelos governantes nos países em que estavam atuando. De qualquer forma, esses missionários procuravam pregar a salvação individual e da alma, dentro de uma perspectiva pictista e puritana. Antônio Gouvêa Mendonça<sup>4</sup> considera ser o principal eixo teológico daquela pregação uma "teologia cansada de guerra", que, voltada para a Canaã celestial, produziria tão-somente a fuga das lutas sociais e políticas. Essas tendências de fuga e negação da inserção sociopolítica foram reforçadas ainda mais, após 1910, com a chegada do pentecostalismo ao Brasil.

É claro que tais explicações nos apontam muito mais para as causas da aparente omissão política dos evangélicos, sem explicar como se deu o envolvimento deles com posturas ativistas no campo político-partidário nos anos posteriores à revolução de 1930. Aliás, aquela década foi um período muito propício para os evangélicos ensaiarem uma participação mais aberta ao lado desta ou daquela ideologia



política. Afinal de contas, em uma só década ocorreu a revolução que levou Vargas ao poder, a revolução paulista de 1932, a mobilização dos radicais de esquerda na intentona de 1935 ou a tentativa de golpe dos de direita por ocasião do contragolpe de Vargas em 1937, instalando no País o Estado Novo, um regime autoritário no estilo de Mussolini da Itália.

Data dessa época, talvez devido à identificação do protestantismo de missão com um certo tipo de classe média e com o proletariado urbano, um posicionamento mais claro dos jornais evangélicos quanto à situação política no País. Sobre isto basta analisar os jornais *O Puritano*, *O Estandarte*, *Expositor Cristão*, (respectivamente: *Igreja Presbiteriana*, *Presbiteriana independente*, *Metodistas*). Desde então, o protestantismo assumiu com fervor os ideais políticos norte-americanos, assim como o anticomunismo,

uma bandeira levada adiante com a adesão ao fundamentalismo e ao conservadorismo típicos da Guerra Fria do final dos anos 1940.

Na década de 1950, a sociedade brasileira foi se tornando mais complexa, e surgiram assim novos atores políticos, pastores e leigos permeáveis a uma nova visão social. Estimulados pelo movimento ecumênico e pela teologia protestante européia e norte-americana, divulgada entre outros por Richard Shaull nos meios presbiterianos e estudantis de São Paulo, eles passaram a entender o mundo político como uma esfera a ser penetrada pelas igrejas evangélicas. Enquanto isso, no meio pentecostal, começava o crescimento explosivo do pentecostalismo da cura divina, potencializado nos anos 1970 com o neopentecostalismo.

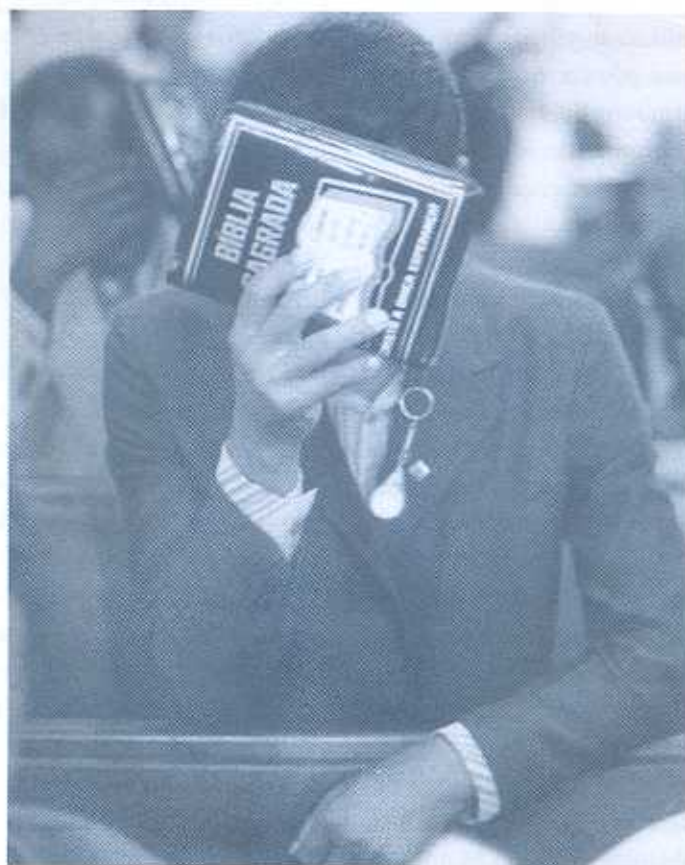
No interior das igrejas do protestantismo histórico, porém a juventude

## Para todos esses grupos, a Igreja Católica Romana era a verdadeira causadora de todos os males que infestavam o Brasil da segunda metade do século XIX

começava a inovar, exigindo maior participação na produção simbólica das igrejas, principalmente na realização de congressos, simpósios e movimentos de massa, com os quais se pensava poder conscientizar as igrejas para uma ação social mais concreta na sociedade brasileira. Essa irrupção do novo explicaria a mobilização dos conservadores, antiecumênicos e portadores do poder burocrático nas igrejas, geralmente mais idosos, o que lhes proporcionou identificação com os ideais dos golpistas de 1964 e de sua ideologia motivadora centrada na idéia da "segurança nacional".<sup>5</sup>

Os anos anteriores ao Golpe de 1964 foram, por tudo isso, anos de intensificação das tensões ideológicas tanto na sociedade brasileira mais ampla, como no campo religioso. Pois, enquanto as classes operária e camponesa avançavam em suas reivindicações, a direita, temerosa de perder um poder que na realidade nunca os abandonou, empregava todos os meios possíveis, mesmo com financiamento interno do empresariado e externo das centrais sindicais norte-americanas ligadas à Agência Central de Inteligência, desencadeando uma agressiva propaganda "democrática", a qual fez das igrejas evangélicas tanto um espaço simpático de propagação como de recrutamento de formadores de opinião para multiplicar o medo ao comunismo.

Desencadeada a onda anti-revolucionária, que se cristalizou no Golpe de 1964, as primeiras vítimas do campo



Tenishio Mouticy



protestante começaram a cair, atingindo em primeiro lugar a sua juventude, então divulgadora de projetos de ação e de inserção social baseados em uma nova forma de se pensar as relações entre Igreja e Sociedade: a teologia da revolução e uma ação mais revolucionária, que posteriormente desembocaria na teologia da libertação dos anos de 1970 a 1980.

Entre outros personagens desse período podemos citar Paulo Stuart Wright (1933-1973), presbiteriano, deputado estadual eleito pelos pescadores catarinenses, expulso da Igreja de Florianópolis (Presbiteriana do Brasil) onde era presbítero e cassado por determinação dos militares, caiu na clandestinidade, e foi morto sob tortura em São Paulo, nove anos depois. Wright, motivou a ação de seu irmão o reverendo Jaime Wright, que participou de todo o trabalho do Projeto Brasil Nunca Mais, ao lado do cardeal Paulo Evaristo Arns. O desaparecimento do presbítero acabou fazendo de Paulo Wright um ícone daquela sacrificada geração de idealistas no meio evangélico, pois levou até o extremo a sua identificação com os pobres.<sup>6</sup> Até o final do regime militar, sob o impacto do movimento ecumênico mundial e da teologia da libertação, os evangélicos da diáspora, membros da 'tribo ecumênica' mantiveram viva a bandeira da oposição entre e à margem das igrejas evangélicas brasileiras, por meio do antigo CEL, depois Cedi e hoje Koinonia.

No entanto foi exatamente aquela geração de jovens que participou das primeiras tentativas de levar os evangélicos a novos caminhos, numa ação dentro da Confederação Evangélica do Brasil e de seu Setor de Igreja e Sociedade, a despeito dos conservadores articulados ao redor de seu secretário executivo, Rodolfo Anders.<sup>7</sup> Ficaram

célebres tanto a Conferência do Nordeste (1962) como o uso de estratégias pedagógicas de se tentar despertar a consciência política e social das igrejas-membros por meio de revistas de catequese ou então de seminários realizados em vários pontos do País.

Essas tensões internas do campo protestante se tornaram mais radicais nos meses que antecederam ao Golpe. Naqueles tempos não faltavam nos jornais evangélicos artigos contra o comunismo e uma retórica que expressava o medo da comunização do País e o "fim da liberdade de se pregar o evangelho". Daí o efeito catalizador da mobilização convocada pelo líder batista carismático, pastor Eneás Tognini, para a realização no dia 15 de novembro de 1963, em milhares de templos evangélicos, de um "dia nacional de oração e jejum" para que "Deus salvasse o Brasil do perigo comunista". Como consequência do Golpe, em 21 de abril de 1964, uma nova convocação, reuniu evangélicos para agradecer a Deus por ter ouvido as orações de seu povo, libertando o Brasil do perigo comunista. Essa teologia tomou conta de uma grande parte dos evangélicos brasileiros durante o regime militar: Deus se tornou, não somente brasileiro, mas um anticomunista muito simpático ao movimento militar golpista.

Um exemplo do entusiasmo com que a liderança protestante se pôs à luta ideológica da direita pode ser percebido neste fato: Em 18 de janeiro de 1964, a Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo tornou pública uma moção anticomunista, na qual se acusava o Seminário Teológico de São Paulo, de ser "um foco de influência marxista"<sup>8</sup>. Tratava-se de um documento de luta ideológica em que se denunciava que a "malfada da ideologia do materialismo histórico"

ameaçava "alcançar (...) as próprias igrejas evangélicas e a Faculdade de Teologia". Para que isso não ocorresse pediam os seus signatários que medidas enérgicas fossem tomadas para "o fim altamente cristão de imunizar a nossa Escola de Profetas contra a contaminação do veneno satânico da tremenda doutrina Marxista".

Isso, contudo, ocorria entre presbiterianos, independentes ou não, metodistas, luteranos e outros grupos protestantes no Brasil. A repressão aos movimentos jovens organizados das igrejas em federações e confederações de mocidade, se completou com o fechamento e expulsão de alunos dos seminários teológicos nos anos seguintes: Campinas e Seminário Centenário, da Igreja Presbiteriana, em 1967; Metodista e Presbiteriano Independente, em 1968.

## O GOLPE DE 1964 E O APOIO DOS EVANGÉLICOS

Antes do golpe houve então um envolvimento dos evangélicos ideologicamente com o preparo do mesmo golpe. Porém, o apoio consciente dos evangélicos aos militares golpistas de 1964 se traduziu formalmente no envio de um telegrama endereçado ao "Exmo. Sr. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco" no qual os redatores não esconderam o alívio pelo afastamento do "perigo comunista" e a satisfação pelo Golpe, expressando nele a esperança na ação dos militares golpistas na condução dos destinos da pátria.<sup>9</sup>

*Digníssimo Presidente da República. A Confederação Evangélica do Brasil entidade representação pública e ação conjunta Igrejas Evangélicas saudada Vossa Excelência motivo posse alto cargo primeiro magistrado nação vq formulando votos a Deus continua assistência divina ao Governo de Vossa*



Tensões internas do campo protestante se tornaram mais radicais nos meses que antecederam ao Golpe. Daí o efeito catalizador da mobilização convocada pelo líder batista carismático, pastor Eneás Tognini, para a realização de um "dia nacional de oração e jejum" para que "Deus salvasse o Brasil do perigo comunista". Como consequência do Golpe, em 21 de abril de 1964, uma nova convocação, reuniu evangélicos para agradecer a Deus por ter ouvido as orações de seu povo, libertando o Brasil do perigo comunista



*Excelência vg iluminando caminho reconstrução cristã democrática nossa pátria vg assegurando direitos do homem vg promovendo justiça social e bem-estar povo vg defendendo soberania nacional vg cristianizando desenvolvimento sociedade brasileira vg conduzindo Pátria alto destino concerto nações livres vg sentido em que Vossa Excelência terá constante apoio moral e leal cooperação cristãos evangélicos. a) Amantino Adorno Vassão,*

*presidente; Rodolfo Anders, secretaria-geral.*

Um outro exemplo pode ser encontrado em *O Estandarte*, publicação oficial dos presbiterianos independentes (IPI), que logo após o golpe registrava:<sup>10</sup>

*O país tem um novo presidente porque foi atingido por um movimento revolucionário de grandes proporções e que tem implicações muito profundas [pois] o antigo presidente da República não estava conduzindo-se com austeridade, mas ameaçava levar o país a rumos perigosos (...) os grupos democráticos da oposição, contando com o apoio das Forças Armadas, provocaram mudanças radicais (...) posteriormente o Alto Comando Revolucionário, assumindo a liderança definitiva da situação, deu a conhecer o Ato Institucional [AI-1]... sendo certo que sua vigência será justificada até que se eliminem as causas que motivaram a revolução, isto é, o comunismo e a corrupção. Temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária, acrescentando que veio em muito boa hora (...) daí representar a cassação de mandatos e direitos políticos de comunistas e corruptos medida saneadora de grande alcance (...) a luta contra o comunismo e contra a corrupção é imperiosa e deve realizar-se implacavelmente (...) nesta altura podemos afirmar que há governo nesta terra. Temos um homem de autoridade e austeridade para dirigir o leme do grande barco. Confiemos em sua ação administrativa e em seus propósitos moralizadores. Sobretudo oremos: Deus guarde o Presidente. Deus salve a pátria.*

Em meios luteranos houve quem comentando um processo aberto pelos militares contra padres "comunistas" usasse palavras nas quais se tentava atribuir à Igreja Católica até mesmo o cenário político existente no País.<sup>11</sup>

*Esta notícia [processo contra padres] revela infiltração do comunismo entre as fileiras clericais no Brasil. As investigações do atual governo descobriram tramas surpreendentes da ação vermelha no País. Em tempo [livrou o Brasil da desgraça vermelha. Ainda bem que não respeita nem mesmo as portas das casas religiosas. Oremos muito pelo nosso país e pelas nossas autoridades para que Deus lhes conceda clarividência e determinação no seu propósito de livrar a nossa pátria da derrocada total.*

Assim, segundo os evangélicos, de acordo com versão de *O Estandarte* o que teria provocado o fim do governo Goulart, teria sido a "sua omissão" diante dos comunistas, que (sic) "aboletavam-se no poder e preparavam-se para, através de um golpe, dominar o país." Mas, como que demonstrando uma certa ambigüidade, que por trás dessa palavra 'golpista' havia, se fazia presente o velho liberalismo protestante: *Governa agora o Marechal Humberto Castelo Branco, e a nossa posição de Evangélicos, que respeitamos as autoridades constituídas, não pode ser, com referência aos perdedores a de ódio e da vindita (...). O comunismo é inimigo do Evangelho, por certo. Mas os cristãos amam os inimigos e pregam a Cristo.*<sup>12</sup> Nenhuma palavra sobre o desprezo, tortura e até morte de alguns comunistas que estavam sendo colocados em prática pelos golpistas.

#### O APOIO DOS EVANGÉLICOS DURANTE OS GOVERNOS MILITARES

Foi contudo, após 1969, já no governo Médici, que os evangélicos passaram a apoiar com maior desenvoltura o regime militar. Isso se tornou mais freqüente na medida em que muitos evangélicos, funcionários públicos de



carreira, políticos de origem populista, foram cooptados pelo governo militar para fazer parte de seus quadros funcionais ou de alguma equipe que lhes oferecia apoio. Para muitos deles, tornar-se empregado da burocracia era um grande objetivo, e a obediência era encarada como uma virtude evangélica. Naqueles anos, alguns governadores de origem evangélica foram escolhidos pelos militares para o governo de estados, como por exemplo, gente da família Gueiros, Jeremias Fontes ou até mesmo o presidente Geisel.

No âmbito da repressão houve engajamento de evangélicos diretamente nas atividades repressivas dos DOLCÓDIs, DOPS ou Polícia Federal, locais ou nacional. Muitos outros, apesar do envolvimento indireto com os militares, alavancaram as suas carreiras no funcionalismo público, louvando os poderosos ou delatando os seus irmãos de fé. Conhecemos um deles, oficial do exército, pregador batista (seria pastor?) participava de equipes de torturas na Operação Bandeirantes, em São Paulo, mas durante o dia levava bíblias e folhetos para os presos que haviam sido torturados na noite anterior.

Na propaganda do regime, um dos esteios do Estado militar em São Paulo era um pastor presbiteriano independente, que foi o chefe da Assessoria Especial da Presidência da República. Um outro, líder leigo, chefiava todo o setor de segurança do Segundo Exército, órgão responsável diretamente pela coleta e análise de informações sobre a "subversão comunista" em todo território paulista. Nos bastidores, pastores denunciavam ovelhas e as entregavam nas mãos das autoridades. Outros, como convidados, participavam dos cursos de treinamento da liderança civil do país oferecidos pela Escola Superior de Guerra, os famosos cursos da Associação dos

Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg).

No meio educacional, pastores e leigos protestantes recebiam do governo o sinal verde, que era o "atestado de antecedentes político-social" passado pelo DOPS, necessário para se ministrarem aulas de Educação Moral e Cívica ou Estudos de Problemas Brasileiros nas escolas do País, tanto no segundo como no terceiro graus.

Os evangélicos de diversas denominações assumiram que participavam dos "objetivos nacionais permanentes" e o lugar deles na manutenção da segurança nacional, tal como se esperava do "poder psicossocial" que era dado na ideologia da segurança nacional às instituições religiosas. Alguns trechos tirados de *O Estandarte* apontam para a importância da exegese tradicional de textos bíblicos que então se fazia, ressaltando-se nelas expressões atribuídas a círculos paulinos do primeiro século da Era Cristã:

*Porque os magistrados não são para o temor quando se faz o bem, e, sim, quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem, e terás o louvor dela; visto que a autoridade é Ministro de Deus para o teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada (Carta aos Romanos 3.3-4).*

No primeiro aniversário do governo Médici *O Estandarte* registrou ecos da retórica ditatorial oriundos do discurso do Presidente.

*O solene pronunciamento do Presidente da República (...) tem um sentido eminentemente cristão, e deve ser recebido por todos os brasileiros como valioso endosso a todas as atividades e aspirações dos que crêem no reerguimento material, moral e espiritual de uma grande nação que foi fundada sob as insígnias da Cruz de Cristo. A espada do rei, no dizer do Apóstolo*

*São Paulo, só pode intimidar os prevaricadores, os que tramam conspirações e os que maquinam maldades. Se grande é a responsabilidade do Chefe da Nação no desempenho de sua árdua missão, de mais tremenda responsabilidade é a missão da Igreja, aquela de preparar homens de comprovada idoneidade moral e espiritual, à prova de todas as investidas da corrupção no acesso e desempenho de funções a cargos na administração do Estado.*

A seguir *O Estandarte*, talvez em uma censura velada à Igreja Católica, que àquela altura já estava na oposição ao regime militar afirmava: <sup>13</sup>

*Aberra desastrosamente de suas precípua funções espirituais a Igreja que busca substituir a CRUZ pela ESPADA*



Foi no governo Médici, que os evangélicos passaram a apoiar com maior desenvoltura o regime militar. Isso se tornou mais freqüente na medida em que muitos foram cooptados pelo governo militar para fazer parte de seus quadros funcionais. Para muitos tornar-se empregado da burocracia era um grande objetivo, e a obediência era encarada como uma virtude evangélica



e entra nas competições políticas pretendendo dar ao Estado lições de civismo e de justiça social. (...) A espada, pois, na mão do Chefe da Nação e o Temor de Deus no coração dos brasileiros deve ser o emblema do selo que há de confirmar em bases inabaláveis a VERDADEIRA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, em nossa pátria.

Às vezes o discurso dos evangélicos pairava entre uma censura velada a respeito de coisas menores, mas, rapidamente passava a ressaltar as boas intenções do regime militar.<sup>14</sup>

Há uma vibração que sacudiu o Brasil (...) a seleção brasileira venceu a Copa do Mundo (...). O amor ao futebol é legítimo e justo, é inato no coração dos brasileiros (...) Porém, lamentamos como o governo da nação, a quem muito respeitamos e admiramos, tomou a iniciativa de legalizar a loteria esportiva, este mesmo governo que vem lutando com todas as armas para destruir a força da subversão. Damos graças a Deus pelos resultados positivos já alcançados, mas não concordamos, em hipótese alguma, com o jogo aberto e desenfreado que se estabeleceu no país, com a prática da loteria esportiva. (...) Repetimos: admiramos o governo da revolução pela ordem que impôs ao País, pelos benefícios que as medidas governamentais vêm oferecendo a todos nós. É a disciplina em todos os setores criando a ordem e possibilitando o alcance do progresso. (...) Neste governo, que vem de março de 1964, o lema de nossa bandeira Nacional, "Ordem e progresso" já é uma realidade. (...) Hoje, no tabuleiro das negociações, não se pede esmolas, mas somos tratados como iguais aos grandes. Hoje, a justiça nas decisões é direito que pertence ao Brasil. Por quê? O governo se impôs pelas medidas, leis que executou na direção da vida nacional. O

esforço do governo da revolução foi considerado honesto e justo, a corrupção e os oportunistas foram expulsos da vida pública, tendo seus direitos cassados e o Brasil encontrado o seu caminho.

A retórica protestante incorporava o que se dizia na propaganda oficial, deixando de lado a tradição evangélica do falar nos direitos humanos e da contradição de se torturar e matar para defender a "civilização cristã" e a democracia ocidental. Assim, seguindo a linha de argumentação da ditadura o jornal dos presbiterianos independentes perguntava: O que a IPI pode oferecer à Pátria nestes dias históricos de sua vida?. A resposta também seguindo a mesma lógica ressaltava a ideologia do Estado disciplinado e disciplinador.<sup>15</sup>

Damos parabéns às autoridades que nos governam. Hipotecamos irrestrita solidariedade a tal movimento e sugerimos, faça a denominação, por todos os meios ao seu alcance, intenso movimento neste sentido. Isto porque, nós somos 'de Jesus Cristo' somos os mais autênticos patriotas (...) orando a Deus em favor da pátria, como a igreja faz semanalmente, empolgados pelo excelente trabalho que busca o patriotismo sadio (...) É ordeiro na sua maneira de ver, sempre respeitando as autoridades que o governam, é livre, ordeiro e obediente, sem, contudo, perder a sua qualidade de ser livre (...) Esta é a missão da IPI em terras do Brasil. Cumprindo a sua missão, estará colaborando com as supremas autoridades, na ação contra o terror, contra as injustiças que marcam com terrível estigma, a história na passagem dos séculos (...) nesta semana da pátria, nos unimos aos poderes constituídos da nação.

O anticomunismo apareceu de uma forma transparente e límpida naquele

mesmo jornal e edição,<sup>16</sup> retomando o mito do "inimigo interno" que deveria ser combatido, ao reafirmar as virtudes de um regime "político livre" como o brasileiro.

É preferível, ganhar o pão, com sacrifício, num regime livre, do que (sic) ganhá-lo fácil num regime escravo. Não cremos na propaganda intensa que o comunismo faz (...) porque toda a sua filosofia se baseia num fato comesinho: escraviza a consciência humana (...) usa de todos os métodos ilícitos, terror, morte e violência de toda espécie, no maior atentado da história, aos direitos da pessoa humana. O uso do terror e a força bruta, tão comuns nos que defendem esta ideologia, produzem o caos, a desordem e semeiam a morte, a miséria por toda a parte (...) Em nossa pátria, infelizmente, há pessoas que insistem e tentam levar o Brasil para a tutela desse nefando regime de escravos. Foram aprender fora da pátria, os métodos do terror, de destruição e agora matam, roubam bens e pessoas, tentando jogar por terra as instituições, criando a desordem, para daí tirarem o proveito próprio e estabelecerem no país o regime escravo. A IPI, através de seus concílios, maiores e menores, já se manifestou contra todas as formas de opressão, venham elas de onde vierem (...). Não pode e nem deve haver conciliação entre a fé evangélica e cristã bíblica (...) e a doutrina, terrivelmente diabólica do comunismo ateu (...) os países livres se vêm forçados a enfrentar, também com a violência, os ataques traiçoeiros dessa maldadada filosofia comunista (...). No Brasil, dada a natureza pacífica do povo, não há lugar para as ideologias do terror e aqui esse terror não há de medrar. (...) Comunismo é escravidão (...) é a inversão dos valores, destruindo o que de mais sagrado existe no coração...



Por outro lado, grandes feitos da engenharia, financiados graças ao aumento da dívida externa e do excesso de dólares no mercado internacional, usados para construir obras faraônicas foram usados pelo mesmo jornal para falar sobre os sucessos do governo militar.<sup>17</sup>

*Transamazônica — inspirador de desafio ao espírito missionário da IPI do Brasil. A nação inteira se empolga com esta realização marcante do Governo Federal (...) as notícias que chegam, por todos os meios de divulgação, são alvissareiras e criam alma nova na geração de agora (...). A Igreja deve acompanhar com atenção, este e outros tantos trabalhos que se efetuam agora, buscando tirar o país do subdesenvolvimento. É nosso dever, e ao mesmo tempo grande privilégio, orar, suplicar a Deus que facilite tão importantes realizações de homens de boa vontade. Realizando em favor da pátria e do povo, estará a autoridade dando um tiro mortal nos que, menos avisados e atingidos por ideologias estranhas e materializantes, se vão filiando às hostes do terrorismo. A nossa denominação deve (...) participar desta hora histórica do Brasil, colocando-se à altura de sua missão evangelizadora (...) fazer isto, é dar condições de continuidade e solidez a todo o progresso que se verifica por toda a parte, com ação de um grupo que, assumindo o poder, se propôs a combater o materialismo dissolvente do comunismo ateu (...) haverá por certo erros e talvez injustiças. Isto é, até certo ponto, natural naqueles que buscam realizar alguma coisa.*

Percebe-se que o discurso evangélico, especialmente da IPI daquele período, estava colado ao ufanismo que se divulgava na propaganda do regime militar que bem se expressou no slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Essa reprodução pura e simples do discurso da ditadura acontecia porque o mesmo Assessor Especial da Presidência da República em São Paulo era pastor do principal templo daquela denominação e um dos diretores do jornal oficial da IPI. Por isso, os editorialistas ofereciam tão abertamente colaboração e legitimação ao regime, considerando-o um “governo honesto”, “cheio de boas intenções”, “formado por homens de boa vontade”, que “transformavam os sonhos do povo em realidade”, não obstante as “forças diabólicas” que ainda agiam no país na forma de “terrorismo e subversão”.<sup>18</sup>

No natal de 1970, o coral da IPI Central de Brasília foi recebido por Médici no Palácio do Alvorada, onde cantaram músicas natalinas, o pastor fez uma “oração intercessória, em favor da Pátria, do Presidente Médici e de toda a sua equipe de Governo.”<sup>19</sup> Segundo o mesmo jornal, de uma outra data, foram cantados vários hinos, num clima de profunda reverência e sob os aplausos do Presidente e sua exma. Senhora (...) findos os cânticos o pastor fez a oração, agradecendo o Natal de Jesus, a oportunidade que nos deu de chegarmos à presença do supremo magistrado da nossa Pátria, o clima de liberdade religiosa em que vivemos, a paz e a ordem reinantes no País e no Governo que temos, e suplicando pela segurança pessoal de S. Excia. e as bênçãos de Deus sobre todo o seu governo. A matéria informou que Médici cumpriu pessoalmente a todos, dando autógrafos a quem pedia, ressaltando a importância dos problemas espirituais na vida de qualquer povo e de sua alegria de chegar o fim do ano com o seu Ministério coeso, sem qualquer divergência. Segundo o articulista: tudo isso nos encantou e nos deu a dimensão do espírito altamente demo-

Os evangélicos acreditavam ter tomado partido ao lado de Deus contra o diabo. Nos seus jornais e revistas os endereços das entidades supremas eram bem conhecidos: Deus morava em Washington e o diabo, sem sombra de dúvida, residia em Moscou, mas de vez em quando visitava Havana



crático do grande Presidente que está dirigindo os destinos da nossa querida Pátria (os itálicos são nossos).<sup>20</sup>

Podemos perceber, como no caso do governo Médici, que o discurso eclesástico e a visão política de agentes religiosos de uma igreja pertencente ao protestantismo histórico, a despeito de sua reprodução quase mecânica, pode ser tomado como um modelo de discurso de adesão ideológica e vem confirmar a observação de Otto Maduro<sup>21</sup> de que uma “eventual contribuição do clero à estratégia hegemônica dos dominantes” teria por objetivo “produzir um discurso religioso que – mesmo no caso de responsabilizar os dominantes por certos ‘abusos’ – reconheça somente às classes dominantes a capacidade e autoridade para corrigir os ‘aspectos negativos’ da dominação”. Nesse caso articulava-se também uma outra estratégia clerical a de produzir um “discurso religioso que convida



explicitamente a aceitar e/ou defender a ordem social, econômica, política, jurídica e/ou cultural imperante.”

Nos anos Geisel tomaram corpo as discussões sobre a distensão do governo autoritário, que deveria resultar em uma democracia possível. No entanto, durante a presidência desse general de tradição luterana, foi cassado o deputado presbiteriano Lysaneas Maciel, ainda perduravam denúncias de maus tratos a presos, de falta de liberdade para o Congresso, do assassinato de presos como do jornalista Vladimir Herzog, enquanto a reivindicação pela anistia começava a ganhar as ruas. Mesmo assim, com exceção das publicações ecumênicas do Cedi, particularmente desta revista *Tempo e Presença*, pouquíssimos órgãos protestantes embora não ecumênicos se manifestaram pela “anistia ampla, completa e irrestrita”. Somente do meio para o fim do governo Figueiredo é que os jornais evangélicos foram deixando de lado a defesa dos ideais dos golpistas de 1964, passando a articular o desejo de que o País fosse redemocratizado.

Em janeiro de 1984, o Supremo Concílio da IPI redigia e enviava à Presidência da República uma moção exigindo “diretas já”. Também, essa Igreja, desde 1982, em uma histórica eleição, graças a uma articulação de forças de uma nova juventude que se formara em seu corpo pastoral, conseguia eleger uma diretoria descomprometida com o autoritarismo anterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise do discurso dos evangélicos durante o período militar nos permite uma percepção do quanto a produção e a circulação do discurso religioso e das práticas inquisitoriais nas igrejas protestantes de classe média e dos valores ideológicos foram operacionalizados pela ditadura militar

brasileira. Fica claro também o entrosamento então existente entre a retórica protestante, os receptores dessa mensagem e os clérigos que as produziram.

Assim, aquela situação política fez predominar nos meios evangélicos brasileiros o pressuposto de que o regime militar era naquele momento a melhor alternativa para um país visto como um espaço político ameaçado pelo poderio militar da União Soviética ou de Cuba. O Brasil e os evangélicos participavam de uma guerra entre a “civilização cristã” de um lado e as forças destruidoras do “comunismo materialista e ateu” de outro lado.

Os evangélicos acreditavam ter tomado partido ao lado de Deus contra o diabo. Nos seus jornais e revistas os endereços das entidades supramas eram bem conhecidos: Deus morava em Washington e o diabo, sem sombra de dúvida, residia em Moscou, mas de vez em quando visitava Havana. Por isso mesmo, os evangélicos deveriam oferecer ao regime militar o seu apoio, em nome da liberdade de culto, sem no entanto medir o custo ou o grau de distorção que tais pressupostos representavam para o processo de democratização do País ou para a defesa dos valores tradicionais do cristianismo, que são amor, paz, justiça, tolerância e igualdade. ☪

## NOTAS

- 1 O autor é professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, ministro presbiteriano independente e autor de *Teatro, Templo e Mercado: organização e marketing de um empreendimento neo-pentecostal*, 1ª ed., Petrópolis-São Paulo, Vozes-Simpósio-Umesp, 1997.
- 2 Stanley Milgram, *Obediência à autoridade*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, p. 19.
- 3 Rubem Alves, *Protestantismo e Repressão*, São Paulo, Ática, 1979.
- 4 Antonio Gouvêa Mendonça, *O calceste por vir*, São Paulo, 2ª ed. Asté-Pendão Real, 1995.

5 Sobre como a repressão operou nos meios evangélicos vejam: Hélerson Silva, Enos Moura e Mônica Moraes, *Eu faço parte desta História*, São Paulo, Edição da Confederação Nacional da Mocidade Presbiteriana do Brasil, 2002. Sobre a inquisição desencadeada nessa mesma Igreja após o regime militar cf. João Dias de Araújo, *Inquisição sem fogueiras*, Rio de Janeiro, ISER, 1985; Valdir Gonzales Paixão Jr., *A era do trovão: poder e repressão na Igreja Presbiteriana do Brasil na época da ditadura militar (1966-1978)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, 2000; Agenor Berger, *A postura da Igreja Evangélica Luterana no Brasil frente a ditadura militar (1964-1985)*, Dissertação de Mestrado, São Leopoldo, IEPG, 1994; Leonildo S. Campos, *Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969)*, em *Estudos de Religião*, Ano XVI, n. 23, 83-140, julho/dezembro de 2002.

6 Cf. os textos: Delora Jan Wright, *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*, Petrópolis, Vozes, 1993; Maria Elizabeth de Aquino, *Personnas: gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64*, São Paulo, M. E. de Aquino, 2003.

7 Sobre essa história vale a pena ler Domício Pereira de Matos, *Posição social da Igreja*, Rio de Janeiro, Editora da Praia, 1965.

8 *O Estandarte*, 15/3/64, p. 8 e 9.

9 Esse telegrama foi reproduzido em *O Estandarte* (15/4/64) e alguns meses mais tarde, depois de um obsequioso silêncio, pelo *Expositor Cristão*.

10 *O Estandarte*, 15/4/64

11 *Mensageiro Luterano*, junho de 1964, p. 87.

12-17 *O Estandarte* (respectivamente 15/4/64, 15/10/70, 31/12/70, 15/9/71[2x], 30/9/71)

18 Sobre o comportamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana e de seus meios de comunicação recomendamos a leitura de Edson E. Streck, *Igreja em tempos de repressão: IECLB, 1970, à luz de alguns de seus meios de comunicação*, *Estudos Teológicos*, Ano 26, n° 2, 1986.

19 *O Estandarte*, 31/1/71.

20 *O Estandarte*, 15/10/71, p. 6.

21 Otto Maduro, *Religião e luta de classes*, 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1983, p.166.

Leonildo Silveira Campos, ministro presbiteriano independente e professor do programa de pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo.